

Um laboratório expedito para uma sociedade crioula

(Cabo Verde – séculos XVI-XVII)

Por Maria Emília Madeira Santos

e Iva Maria Cabral

A descoberta de Cabo Verde não foi resultado de planos de pesquisa, como o caminho marítimo para a Índia, nem de missões exploratórias, como as que reconheceram e levantaram os litorais do continente africano. Foi um achado (1460)¹ não previsto nas viagens marítimas portuguesas que rapidamente se utilizou em função dos objectivos principais da navegação atlântica vertical: o comércio com a Costa de África e o avanço para o Atlântico Sul. Seguir-se-ia, um pouco mais tarde, c. 1520, o fornecimento de escravos às Índias de Castela navegando o Atlântico na horizontal.

A posição relativa de Cabo Verde, suficientemente afastado da costa para ficar fora do alcance de ataques das populações africanas e convenientemente próximo para facultar uma fácil e cómoda comunicação, viria a conferir ao arquipélago o carácter de área estratégica, consignado juridicamente, com variantes, ao longo dos tempos.

A ilha de Santiago passaria a desempenhar o papel de fortaleza-feitoria do já intenso comércio da Costa da Guiné: fortaleza, porque a sua posição geográfica lhe concedia de imediato o carácter de lugar inacessível e seguro;

¹ ALBUQUERQUE, Luís de, “O Descobrimento das Ilhas de Cabo Verde”, em VV:AA.: *História Geral de Cabo Verde* (coord. por Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos). Lisboa, Instituto de Investigação Nacional, 1991, vol. I, pp. 39

feitoria, porque ali se estabeleceram os instrumentos financeiros e comerciais rigorosamente colectados pela Fazenda Real.

Área estratégica relativamente à relação Europa-África, Cabo Verde desempenhou o papel de entreposto comercial, onde se enlaçavam três grandes circuitos comerciais: o euro-africano (entre a Península Ibérica e Cabo Verde); o africano (entre Cabo Verde e a Costa da Guiné); o afro-americano (entre a Costa da Guiné e a América Espanhola). O valor estratégico do arquipélago aumentou, na medida em que as carreiras transcontinentais se estabeleceram e intensificaram. Embora não constituísse escala sistemática, Cabo Verde foi ponto de apoio para muitas aflições nas rotas atlânticas, tais como as carreiras da Mina e de S. Tomé ou ainda nas carreiras transatlânticas para a Índia e para a América.

O povoamento e colonização dessas Ilhas, onde todos eram estranhos, desempenharam um papel importante no futuro da expansão portuguesa, já que foi uma experiência mais tarde aproveitada para a grande aventura que se tornaria a ocupação do Brasil, em circunstâncias diversas, mas com os mesmos actores: europeus e escravos africanos. Foi o laboratório onde se experimentou novas formas de colonização, novas relações sociais, novas vivências culturais e se constituiu, com percalços diversos, uma identidade a partir de heterogeneidades confluentes.

Foi no arquipélago caboverdiano que pela primeira vez, na era moderna, se estabeleceu uma sociedade escravagista, na qual a exploração contínua do

trabalho do escravo negro constituía a base de suporte da estrutura económica e social.²

Foi aí também que o escravo se transformou na mercadoria fundamental de exportação a longa distância, sustentando com os lucros da sua venda todo o esforço económico do povoamento do arquipélago e da administração civil e eclesiástica necessárias para o seu estabelecimento e controlo. Daí decorre também a emergência de uma elite colonizadora que perfaz todo o seu ciclo em cerca de um século e meio, ciclo que virá a reproduzir-se, em maior escala e na longa duração, nas terras brasileiras.

Foi nesse espaço insular que a administração real experimentou os meios e a forma de ordenação e controlo de um espaço longínquo, recém-povoado e de um porto comercial intercontinental devidamente equipado e funcional. Paralelamente estabeleceu ligações efectivas e permanentes com a jovem sociedade, cujas características desconhecidas pelo poder central exigiam novas soluções de comunicação.

Foi nessas ilhas atlânticas que surgiu o primeiro centro urbano colonial nos trópicos, a vila/cidade da Ribeira Grande, espaço dominado por reinóis, onde a Câmara Municipal exerce o poder local, progressivamente participado pelos “filhos da terra” (mestiços).

E finalmente foi aí que nasceu do encontro de dois Mundos, o Europeu e o Africano, uma nova sociedade sobre todos os pontos de vista, desde o físico ao cultural, atingindo mesmo o religioso: a sociedade crioula³, primeiro contributo para a construção do Mundo Atlântico.⁴

² CARREIRA, António, *Cabo Verde – Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, 2ª. ed., Instituto Caboverdiano do Livro, Lisboa, 1983.

³ Sobre o fenómeno do surgimento das sociedades crioulas ver: RIBEIRO, Orlando, “Aspectos e problemas da expansão portuguesa”, *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, Junta de Investigações de

*

O povoamento das Ilhas de Cabo Verde foi iniciado pela Coroa (1462) utilizando as formas de colonização já experimentadas nos outros arquipélagos atlânticos (Madeira /1419-1425/ e Açores /1439/) descobertos pelos navegadores portugueses. Mas em Cabo Verde, espaço periférico longínquo, diferente e desconhecido – não podemos esquecer que estamos pela primeira vez nos trópicos – essas formas de colonização encontraram fortes limitações. A experiência de doação de sesmarias não resultou e a colonização não se efectuou através de incentivos à ocupação agrária como se verificara na Madeira e nos Açores.

Para viabilizar um povoamento sistemático foi necessário que a Coroa concedesse em 1466, através de diplomas régios, compensações comerciais e fiscais aos europeus que se aventurassem a aí se instalarem⁵. Mas no sentido de fixar os homens à terra, explicitou-se ainda a obrigatoriedade de povoar e de produzir bens localmente para quem quisesse usufruir da posição estratégica do arquipélago e dos benefícios comerciais conferidos pelo Rei.

Desde o início do povoamento da maior ilha do arquipélago, a de Santiago, e mais tarde de sua vizinha a do Fogo, a sociedade insular nasceu composta por

Ultramar, Lisboa, nº 59, 1962, pp. 129-159; AMARAL, Ilídio, “Santiago de Cabo Verde – A Terra e os Homens”, *Memórias*, Junta de Investigações de Ultramar, Lisboa, nº 48, 1964; FREIRE, Gilberto, *O Luso e o Trópico*. Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1961; FREIRE, Gilberto, *O Mundo que o Português Criou*, Livraria José Olympio, Rio de Janeiro, 1940.

⁴ THORNTON, John, *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1460-1680*. Cambridge University Press, Cambridge, 1992.

⁵ IAN/TT, Livro das Ilhas, fl. 10, 12 de Junho de 1466, em *História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental*, Lisboa, Instituto de Investigação Nacional, 1988, vol. I, doc. 4, pp. 19-22.

dois grandes estratos: o dos europeus e o dos africanos, na sua maioria escravos.

O primeiro grupo, numericamente minoritário, era constituído por reinóis portugueses, castelhanos e genoveses provenientes de origens sociais diversas que viam na “colonização” desse arquipélago, vizinho próximo do continente africano, uma oportunidade única de exercerem, com relativa comodidade, uma actividade comercial lucrativa – o tráfico de escravos – sem no entanto correrem o risco da confrontação diária com populações hostis, como aquelas que habitavam a costa africana⁶. Na verdade, o escravo, enquanto “mercadoria” altamente rendível, a principal razão da atractividade do arquipélago enquanto entreposto comercial.

O segundo estrato, os escravos, trazidos compulsivamente da Costa da Guiné pelos “moradores” da ilha de Santiago, representavam a maioria da população, a vasta camada subjacente. Com o alargamento das actividades dos moradores à agricultura e pecuária, o escravo passou a ser empregue como mão-de-obra na produção. Do trabalho escravo resultou primeiro uma certa autonomia em matérias-primas exportáveis e progressivamente o abastecimento alimentar da sociedade insular relativamente ao Reino.

O papel exercido por estas duas camadas principais na estruturação da sociedade das ilhas apresentou características e teve um peso muito diferente consoante as épocas. Foi o grupo dos europeus aquele que impôs o modelo da sociedade insular, enquanto os escravos não tiveram outra opção senão a de

⁶ SANTOS, Maria Emília Madeira, *As Estratégicas Ilhas de Cabo Verde ou a “Fresca Serra Leoa” ...*, Separata do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, n.º 206, Lisboa, 1988.

serem integrados pela força nesta comunidade. Isto porque os Africanos, trazidos para a ilha na condição de escravos, estavam impossibilitados de reproduzir no novo meio a organização social de origem. A escravatura a que foram sujeitos nivelou-os, atenuando assim as heterogeneidades sociais e culturais específicas das diversas sociedades continentais de origem.

A estrutura social dos Europeus foi, pelo contrário, transferida, apenas com a necessária adaptação, para a recém-criada “colónia” (nobres, clérigos, artesãos, etc.), originando no seu seio uma estratificação social semelhante a do Reino⁷.

Mas, se o modelo social foi imposto pelos Europeus, ficou de imediato subvertido pela componente principal daquela sociedade, a escravatura, que, ao ser integrada nela como força de trabalho, automaticamente a condicionou e marcou.

Foram as rendas obtidas através da transformação contínua de homens em mercadorias lucrativas e em bestas de trabalho que proporcionaram às ilhas de Cabo Verde a sua primeira elite. Estes homens, os armadores moradores-vizinhos de Santiago, iriam dominar a sociedade insular durante pelo menos um século e meio.⁸

Foi a necessidade de mercadorias “nadas e criadas”⁹ na Ilha para o trato de escravos com a costa da Guiné que precipitou o povoamento africano de Santiago e Fogo e forçou ao investimento dos armadores-moradores na

⁷ GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 2.^a ed., Arcádia, Lisboa 1975.

⁸ SANTOS, Maria Emília Madeira e CABRAL, Iva: “O nascer de uma sociedade através do morador-armador”, em VV:AA.: *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa, Instituto de Investigação Nacional, 1991, vol. I, pp. 371-398

⁹ IAN/TT, Livro das Ilhas, fls. 2v.-4, 8 de Fevereiro de 1472, em *História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental*. Lisboa, Instituto de Investigação Nacional, 1988, vol. I, doc. 8, pp. 31-33. Com esta Carta régia, o grupo de armadores-moradores de Santiago viu restringidos os seus privilégios já que ela

economia agrária e na ocupação rural do *hinterland* tornando-os, assim, nos maiores terratenentes das ilhas de Santiago e Fogo.

Foram, também, os lucros obtidos com o tráfico de escravos, ou antes, o seu controlo por parte do Governo Central, que exigiram a presença de grande número de funcionários régios tendo como objectivo principal a salvaguarda da soberania portuguesa, o controlo da alfândega, a administração da fazenda real, a aplicação da justiça e a imposição das leis aos moradores do arquipélago. Dos direitos cobrados sobre o tráfico saíam os soldos de toda a máquina administrativa constituída pelos oficiais régios.

Foi igualmente a situação de entreposto de escravos que permitiu a presença na vila/cidade da Ribeira Grande de uma categoria de moradores formada por indivíduos que, apesar de não pertencerem ao grupo dominante da ilha, viviam ao redor do tráfico e de suas diversas ramificações.

Encontramos assim na primeira capital das Ilhas de Cabo Verde e em outras vilas, além dos oficiais régios e camarários subalternos, outro estrato de moradores técnicos e artífices. Eles eram pilotos, marinheiros, padeiros, pedreiros, calafates, sapateiros, boticários, cirurgiões, caçadores, açougueiros e barbeiros. Prestadores de serviços especializados, estes homens davam ao quotidiano um carácter de comunidade urbana e aberta a toda uma população flutuante que entrava e saía do porto com destinos e origens tão distantes como a Itália e Peru.

A cidade da Ribeira Grande era na época áurea da sua história uma urbe próspera e cosmopolita que, no ano de 1549, segundo um oficial régio, “/.../

delimitou a área de actuação, na costa da Guiné, e reduziu a capacidade de compra aos produtos produzidos na ilha.

tirando a cidade de Lisboa nem duas cidades do Reino rendem tanto quanto ela que vai em crescimento, por razão que toda a navegação do Brasil e de Peru e das Antilhas e da ilha de São Tomé para todos é repairo /.../”¹⁰. Este centro urbano possuía ainda, em 1606, quinhentos a seiscentos moradores que gozavam plenamente dos privilégios e regalias que o estatuto de vizinho¹¹ desse importante porto lhes outorgava.¹²

Na charneira do século XVI para o XVII declina a posição de entreposto de escravos e desviou-se o controlo régio do tráfico para a costa fronteira. Com o consequente desaparecimento da elite armadora, forma-se na cidade da Ribeira Grande uma outra camada social composta de intermediários comerciais, tais como feitores e procuradores de grandes mercadores reinóis, pequenos parceiros de mercadores estrangeiros¹³. Estes moradores das Ilhas, não podendo já aproveitar-se directamente dos lucros do tráfico negreiro, participam nele como associados e funcionários daqueles que, agora, directamente a partir do Reino e da Costa da Guiné controlam o comércio de escravos dos Rios de Guiné para a América Espanhola.¹⁴

O percurso de mutação da sociedade insular teve como impulso principal, mas não único, o definhamento da economia do arquipélago, que adveio da

¹⁰ IAN/TT – Corpo Cronológico, II-241-140, 27 de Março de 1549, em António Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, 2ª série, vol. II, pp. 395.

¹¹ HESPANHA, António Manuel, *História das Instituições - Épocas Medieval e Moderna*, Livraria Almedina, Coimbra, 1982.

¹² IAN/TT - Cartório dos Jesuítas, maço 68, doc.119, 1 de Agosto de 1606, em António Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. IV, p. 160.

¹³ CABRAL, Iva “Ribeira Grande: vida urbana, gente, mercancia, estagnação”, em VV:AA.: *História Geral de Cabo Verde* (Coord. Maria Emília Madeira Santos). Lisboa, Instituto de Investigação Nacional, 1995, vol II, pp. 225-274

¹⁴ TORRÃO, Maria Manuel, “Rotas comerciais, agentes económicos, meio de pagamento”, em VV:AA.: *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa, Instituto de Investigação Nacional, 1995, vol II, pp. 17-124.

substituição do porto da Ribeira Grande, como entreposto comercial, pelo porto de Cacheu e o consequente desvio do tráfico de escravos . Isto porque esse tráfico lucrativo, que sustentava a elite colonizadora europeia, teve no arquipélago de Cabo Verde uma duração bem delimitada no tempo (século XVI).

Assim, a sociedade dicotómica de senhor e escravo, europeu e africano irá progredir para o surgimento de uma terceira força endógena: “os filhos da terra”.¹⁵ Vai surgir uma sociedade mais homogénea com características específicas e verdadeiramente novas: a sociedade caboverdiana.

*

Vejamos como evoluiu a elite de reinol a mestiça e de urbana a rural. O número dos moradores que compunham a camada dominante do arquipélago e partilhavam dos lucros e da prosperidade era restrito, mas muito interveniente e ostensivo mesmo perante a administração régia e eclesiástica. No início do século XVI encontramos em Santiago cerca de meia centena de homens (58 armadores e comerciantes)¹⁶ que possuíam casas na Ribeira Grande, capital, e aí viviam a maior parte do tempo. Por vezes, deslocavam-se ao Reino por questões económicas, judiciais, interesses de família ou promoção social. Possuíam no interior da ilha fazendas bem localizadas, junto a ribeiras, e providas de numerosa mão-de-obra escrava. A ilha do Fogo era também objecto das suas ambições de proprietários rurais. Não deixavam de aproveitar o porto da Praia, para onde começava a escapar-se parte do tráfico marítimo,

¹⁵ CABRAL, Iva “*Dos povoadores aos filhos da terra: a dinâmica da sociedade caboverdiana*”, no prelo.

na intenção de fugir ao pagamento de direitos. Tinham interesses económicos e sociais comuns e por isso constituíam um grupo solidário na defesa de sua posição, quer perante concorrentes locais, através da corrupção, ameaça ou uso da força, quer junto do poder central, pela influência, relações familiares, fidelidade de vassallos que habitavam e dinamizavam uma escala essencial para a navegação portuguesa.

Esse grupo que era composto por homens poderosos, armadores de navios para a Costa da Guiné, comerciantes de escravos, oficiais régios de alta patente, fazia-se rodear por clientelas obedientes e servis: “/.../ ricos e poderosos com o favor dos quais muitos plebeus vivem /.../”.¹⁷

O grupo encontrou formas de ostentar e fazer respeitar a sua riqueza e poder, dentro de uma sociedade numericamente reduzida, optando por um povoamento concentrado na Ribeira Grande, onde as casas de pedra e cal, pelas próprias características do lugar, surgiam próximas, favorecendo o convívio urbano, a informação e a estratificação social. Centro urbano cuja população cresceu na medida da sua prosperidade económica, visitada por mercadores e marinheiros, ponto de passagem de cristãos-novos em fuga, escala marítima muito frequentada, a Ribeira Grande constituía um espaço excelente para a ostentação que pretendia chegar com facilidade ao maior número de espectadores.¹⁸

¹⁶ IAN/TT, CC, I-12-120, 22 de Maio de 1513, em *História Geral de Cabo Verde-Corpo Documental*. Lisboa, Instituto de Investigação Nacional, 1988, vol.I, pp.221..

¹⁷ IAN/TT, Inquisição de Évora, Livro de Denúncias, 1544-1550, 1546.

¹⁸ CABRAL, Iva “Ribeira Grande: vida urbana, gente, mercancia, estagnação”, em VV:AA.: *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa, Instituto de Investigação Nacional, 1995, vol II, pp. 225-274

Em Santiago, os membros do grupo dominante usavam frequentemente vestuários que não correspondiam à classe a que pertenciam.¹⁹ Um simples armador, sem qualquer título, vivia na Ribeira Grande “/.../ a guisa de nobre com cavalos e armas (e usava) um gibão de cetim, e uma espada com bainha de veludo e uns muslos forrados de seda e debruados de seda e com um chapéu, forrada a copa com dois ou três dedos mais de tafetá /.../”²⁰. As calças eram golpeadas e pespontadas com retrós²¹.

Boa parte da alimentação da elite colonizadora em Cabo Verde era importada. Na verdade, estes transpuseram a sua dieta alimentar mediterrânica para a terra, onde os seus três principais componentes não se cultivavam: o trigo, o vinho e o azeite. As quantidades importadas²² eram suficientemente vultosas para se concluir que o pão de trigo fresco do dia não faltava, enquanto o azeite e o vinho corriam sem restrições. Requentes como as passas de uva, figos, amêndoas, mel, açafrão, favas, nozes, queijos e azeitonas constituíam importações correntes de que os ricos não se coíbiam.

Quando havia falta de alimentos, nunca se tratava dos produtos importados, para cuja compra não faltava moeda. Tratava-se, sim, de géneros produzidos nas ilhas, o que não afectava muito os poderosos, que da terra gastavam apenas os frescos da horta e a carne de vaca ou cabrito, cuja abundância faria inveja a muitos nobres do Reino.

¹⁹ FERREIRA, Maria Emília Cordeiro, “Pragmáticas”, em VV:AA.: *Dicionário de História de Portugal*, vol. 4, pp. 485-487.

²⁰ IAN/TT, *Chancelaria D. João III*, Perdões e Legitimações, liv. 23, fls. 8 v.º-9, documento 2, de 17 de Janeiro de 1554.

²¹ IAN/TT, *Chancelaria D. Sebastião e D. Henrique*, Perdões e Legitimações, liv. 8, nº. 113, de 25 de Junho de 1560.

²² TORRÃO, Maria Manuel, “Actividade comercial externa de Cabo Verde: organização, funcionamento, evolução” em VV:AA.: *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa, Instituto de Investigação Nacional, 1991, vol I.

No dizer de um eclesiástico scandalizado com a abundância daquela sociedade mercantil incontrolável: "... o estado desta terra é estar muito rica em grande maneira porque não vem navio de Guiné que velho e menino antes que saia já vem com preço feito; de vinte e oito mil ficam à feitura desta; estão aqui duas naus antilhanas e os navios que esperam já lhe tem feito preço a trinta mil reais todo o escravo ..." ²³

Ponto estratégico extremamente sensível, o entreposto comercial vai sentir intensamente a repercussão de medidas políticas tomadas na Península Ibérica. A política económica efectuada por D. Filipe II, na década de 1590, que permitiu aos contratadores das ilhas irem resgatar directamente a Costa da Guiné sem passarem pela ilha de Santiago e, principalmente, autorizando a exportação de escravos para o Novo Mundo sem se ter que pagar os direitos na alfândega da Ribeira Grande originou no arquipélago uma situação económica e social que foi determinante para o acelerar do processo de formação da sociedade caboverdiana.

A partir do momento que do porto da Ribeira Grande desapareceram os navios que aí vinham descarregar e carregar escravos e outras mercadorias, quando já não foi possível usufruir dos negócios lucrativos com os Rios da Guiné, tornou-se difícil sobreviver na cidade. Muitos moradores que aumentavam os seus rendimentos encomendando mercadorias africanas aos armadores seus conterrâneos, para depois, as revenderem aos forasteiros de passagem, perderam essa forma de negociar, quando houve um decréscimo significativo na actividade de armar navios na ilha de Santiago.

²³ IAN/TT, Corpo Cronológico, I-83-49, 9 de Dezembro de 1549, em António Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. II, pag. 408. 9/12/1549

O ano de 1613, foi a nosso ver, o ano do início do descalabro da vida urbano-mercantil da Ribeira Grande. Isto não esquecendo as feridas profundas que as secas e as consequentes fomes (1609-1611) fizeram na ilha

Em Dezembro desse ano, uma consulta do Conselho da Índia expõe claramente as consequências que advieram da falta de navios nos portos de Santiago: "E que por os ditos navios não irem a ilha iam faltando os mercadores e homens de negocio que só por razão deste trato e comércio se iam fazer vizinhos e moradores dela e a povoaram e enriqueceram sendo hora tudo pelo contrario, por a terra não ser sadia nem ter que obrigasse aos homens a se deterem nela assy corria o risco de se despovoar ..." ²⁴.

As razões da miséria que assolava a ilha eram, segundo o mesmo documento, as seguintes: "/.../ devertindo-se o trato todo a Guiné, como seja indo aly os navios em direitura e ficando os moradores da Ilha sem remédio, nem terem evasão pera seus frutos e mercadorias e não lhes virem escravos como era costume, de que se sustentavão, por não terem outra vivenda, obrigados de sua necessidade lhe seria forçado despovoar a terra e ir buscar onde viver" ²⁵.

A escassez dos tratos dos moradores da Ribeira Grande com a costa da Guiné e principalmente o desvio do tráfico de navios do porto da cidade estiveram na origem de fortes e rápidas mudanças sociais: os mercadores e homens de negócios deixaram de ir à ilha de Santiago; as mercadorias e os produtos agrícolas dos moradores não tinham vazão já que os navios reinóis iam em direitura a Costa com mercadorias europeias e os vizinhos da terra deixaram de armar para os resgates; pouca renovação dos vizinhos e moradores

²⁴ AHU - Cabo Verde, caixa 1, doc. 23, 16 de Dezembro de 1613, em António Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 545. 16 de Dezembro de 1613.

brancos da cidade e da ilha, porque a razão que os fazia tornarem-se vizinhos o trato de escravos e os lucros por ele criado, deixara de existir; falta de escravos para o negócio e para a agricultura, o que era devastador para a vida mercantil da cidade, já que eles foram, durante toda a história desta, a mercadoria mais procurada e lucrativa; e finalmente, falta dinheiro corrente na ilha, pelo que os seus moradores chegaram a propor que o pano da terra servisse como moeda de troca.

A composição da Câmara Municipal da Ribeira Grande reflecte directamente a mudança social. Até ao final do século XVI o município fora dirigido por "brancos honrados". À sua chegada ao arquipélago (1604) os jesuítas ainda observaram que na cidade havia "... muita gente de Portugal e na Câmara raramente entrava crioulo..."²⁶. Mas, em 1617, já apresentavam como sintoma de decadência urbana a composição do Conselho camarário: "... e chegou a terra a tais termos que quantos ha hoje na Câmara são crioulos..."²⁷. Alguns anos mais tarde, confirmava-se a criouliização do estrato dominante de Santiago. "A gente desta Ilha é mui pouca, e se entre todos os moradores dela se acharam vinte homens da governança que de todo sejam brancos não será pouco..."²⁸. A situação económica e social na cidade da Ribeira Grande decaía dia a dia visivelmente, afugentando homens, dinheiro e crédito: "Os mercadores e oficiais tem-se ido da terra..." que "...a olhos vistos se consome

²⁵ Idem, p. 546.

²⁶ ARSI, Lus., Cód. 74, fls. 141-143v, . 27 de Junho de 1617, em António Brásio, *MMA*, 2ª série, vol.IV, p. 613.

²⁷ ARSI, Lus., Cód. 74, fls. 141-143v, 27 de Junho de 1617, em António Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. IV, p. 613.

²⁸ ARSI, Lus. Cod. 83, fls. 316-321 e 401-405v., 30 de Maio de 1627, em António Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 183-184.

de um dia para outro, com menos dinheiro, menos comércio, menos gente, menos crédito, e assi que em dias estara quasi deserta...."²⁹.

Da mesma forma João Pereira Corte Real, governador das Ilhas achava, em 1630, que a Ribeira Grande era uma: "... cidade que não chega a ser aldeia, a donde são quinze ou dezasseis homens de Portugal os cidadãos e com os da terra crioulos não chegam a 35 /.../"³⁰. Pelas contas feitas por este alto oficial régio, chega-se à conclusão que, nesse ano, a Ribeira Grande tinha como vizinhos apenas 51 cidadãos, o que, comparando com os quinhentos a seiscentos vizinhos atrás referidos, demonstra quão grande e rápido foi o abandono da cidade pelos homens abastados que podiam ser considerados pelo governador das ilhas como cidadãos.

A situação económica e social devastadora em que se encontrava a primeira capital de Cabo Verde teve também como consequência uma degradação física da Ribeira Grande. Segundo o Padre Sebastião Gomes: "A casaria da cidade tira/n/do algumas casas de sobrado, que são poucas e pequenas, todos o mais é terreno, de pedra e barro, com casas palhoças entresachadas, /.../, e de novo nada se faz, antes tudo vai caindo cada vez mais, porque pera edifício a maior parte das cousas ha de vir de Portugal /.../, e como não há comércio, nem aqui podem vir navios de estrangeiros, há muita falta de tudo, e custão as cousas (quando as há) quando menos o dobro, e de ordinário muito mais daquilo que custão em outras partes /.../." Por tudo isto a cidade era "/.../ mui

²⁹ ARSI, Lus., Cod.83, fls.335-335v, 17 de Maio de 1629, em António Brásio, *MMA*, 2ª série, Vol. V, p. 214.

³⁰ IAN/TT - Cartório dos Jesuítas, maço 68, doc.396, 17 de Janeiro de 1630, em António Brásio, *MMA*, 2ª série, vol.V, p. 236.

triste, e tão mal assombrada, que com razão lhe chamou ossaria e muladar³¹ o governador João Pereira Corte Real /.../"³².

A situação de degradação económica, a retirada progressiva da rota do comércio escravagista e a consequente falta de rendas obtidas com esse trato fez com que a imigração de europeus para as ilhas se restringisse e os filhos da terra, principalmente os mulatos, ocupassem cada vez mais os lugares cimeiros na economia interna e na administração local.

Assim podemos afirmar que na segunda década do século XVII a vida social na ilha de Santiago se distanciava da do século anterior, não só pela origem étnica das forças vivas da terra, mas principalmente pela relação da sua elite com o Reino.

Os homens que ocupavam os lugares cimeiros do governo local da Ribeira Grande e que compunham, agora, o grupo dos homens poderosos das Ilhas, já não eram os "brancos e honrados" de 1513, mas sim os "crioulos, que são naturais da terra".³³ Eram estes últimos, na sua maioria, mulatos, filhos ilegítimos dos "brancos honrados" do século XVI, gente crioula, que apesar de terem herdado de seus pais certos bens e honrarias que os colocavam no topo da sociedade de Santiago, não tinham ascendência ao governo central já que não possuíam aí parentes e amigos altamente colocados que lhes abrissem as portas e proporcionassem influências.

³¹ Significa: estrumeira, esterqueira, em MORAIS DA SILVA, António, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10ª. ed., Edições Confluência, Lisboa, 1949-1959.

³² ARSI, Lus., Cod.83, fls 316-325 a 401-405, 30 de Maio de 1627, em António Brásio, *MMA*, 2ª série, vol.V, pp. 184-185.

³³ ARSI, Lus., Cód.74, fls, 141-143v, 27 de Junho de 1617, em António Brásio, *MMA*, 2ª série, vol. IV, p. 613.

Para podermos compreender o rápido percurso na formação da sociedade crioula de Cabo Verde precisamos dar o devido peso ao aspecto religioso. Senhor e escravo, brancos e negros, homens que comiam trigo e outros que comiam milho, também professavam originalmente credos religiosos diferentes. Uma sociedade que promoveu o filho ilegítimo do senhor e da escrava, que fez entrar na Câmara e na administração o mestiço, que uniformizou os hábitos alimentares ancestrais, que viu cerceados os contactos exteriores a todos os habitantes, fossem urbanos ou rurais, também abraçou crenças, moldou comportamentos, envolveu os próprios ministros das religiões presentes no território.

Ali assistiu-se, em primeira mão, a uma conversão em dois sentidos: a do africano ao cristianismo e a do europeu aos rituais africanos. Tratava-se de conversões que compreendiam uma larga margem de permanência da crença original, o que ainda facilitava mais o convívio quotidiano. Uma parte significativa da população dispunha de duas vias para o sagrado: o padre católico, representante da religião oficial dos reinóis, e o “feiticeiro”, sacerdote/médico africano, não reconhecido pelas autoridades coloniais.

A redução das ligações com o Reino, o abandono da cidade, o enfraquecimento das estruturas institucionais civis e religiosas, a ausência de reinóis abastados tende a diluir a dicotomia entre os grandes grupos sociais e intensifica a mestiçagem física e cultural. Os contactos entre as religiões intensificam-se, as concessões de parte a parte tornam-se possíveis e a interpenetração dos rituais foi tolerada pelo clero, ele próprio participante das duas culturas.

A promoção do clero local representa ao nível da religião a via mais directa para a crioulização. A composição do clero caboverdiano iria reflectir a mestiçagem da sociedade laica. Até meados do século XVI, o corpo eclesiástico era constituído na sua quase totalidade por clérigos reinóis, embora desde 1518, o Papa autorizasse a ordenação de africanos. Nas últimas décadas do mesmo século, assistimos à rápida africanização do clero. Para além de constituir um meio de ascensão social por excelência dos “filhos da terra”, era também uma solução prática para compensar a falta de clérigos reinóis na diocese.

Em meados do século XVII, o traço dominante do clero caboverdiano era a sua composição mestiça e negra. O testemunho do padre António Vieira que ali encontra uma cidade decadente sob o ponto de vista colonial, surpreende-se com a constituição do sustentáculo daquela diocese. Deixa para a posteridade a imagem mais marcante de uma conjuntura fora do seu tempo, conjuntura essa que, noutras partes, levaria séculos a ocorrer: “Há aqui clérigos e cónegos tão negros como azeviche; mas tão compostos, tão autorizados, tão doutos, tão grandes músicos, tão discretos e bem morigerados, que podem fazer invejas aos que lá vemos nas nossas catedrais”.³⁴

Na segunda década do século XVII a sociedade insular já se apropriara de gentes, tecnologias, culturas, saberes e religiões e continha em si todos os factores que, em interacção, iriam criar uma identidade endógena. Por isso, quando se agravou a falta de comunicações, o isolamento comercial, a ocorrência de fomes e a subalternização administrativa, foi possível encontrar

³⁴ AZEVEDO, José Lúcio de, *Cartas do Padre António Vieira*, Coimbra, 1925, pp. 294-298. 25 de Dezembro de 1652.

soluções próprias e originais numa sociedade que percorrerá antecipadamente as etapas da crioulidade.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALMEIDA, Fortunato de: *História da Igreja em Portugal* (edição preparada e dirigida por Damião Peres), 4 vols., Portucalense Editora, Porto, 1967-1971.
- AMARAL, Ilídio do : "Santiago de Cabo Verde - A Terra e os Homens", *Memórias*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, nº. 48, 1964.
- ANDRADE, Elisa Silva: "La formation des villes au Cap-Vert", in CAHEN, Michel (dir.), "*Vilas*" et "*Cidades*", *Bourgs et Villes en Afrique Lusophone*, Editions L'Harmattan, 1989.
- AZEVEDO, José Lúcio de: *Cartas do Padre António Vieira*, Coimbra, 1925, pp. 294-298.
- BALENO, Ilídio: "Corso (O) e a pirataria em Cabo Verde: seus reflexos na vida local", in *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, Secretaria Regional do Turismo/Centro de Estudos de História do Atlântico, Madeira, 1993, pp. 675-686.
- BOXER, Charles R.: *Igreja (A) e a Expansão Ibérica. 1440-1770*, Edições 70, Lisboa, 1989.
- BOXER, Charles R.: *Império (O) Colonial Português (1415-1825)*, Edições 70, Lisboa, 1977.
- BRÁSIO, António: *Monumenta Missionária Africana*, 2ª. série, vols. I, II, III, IV, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1958-1968.
- CARREIRA, António: "Aspectos de evolução do Islamismo na Guiné Portuguesa (Achegas para o seu estudo)", in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, XXI (84), 1966, pp. 405-456.
- CARREIRA, António: "Capitania (A) das ilhas de Cabo Verde: organização civil, eclesiástica e militar (séculos XVI-XIX). Subsídios", in *Revista de História Económica e Social*, Sá da Costa, Lisboa, 19, 1987, pp.33-76.
- CARREIRA, António: "Tratos e resgates dos portugueses nos rios da Guiné e ilhas de Cabo Verde nos começos do século XVII", *Revista de História Económica e Social*, Sá da Costa, Lisboa, 2, 1987, pp. 91-103.
- CARREIRA, António: *Cabo Verde - Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, 2ª. ed., Instituto Caboverdiano do Livro, Lisboa, 1983.
- CERRONE, Frederico: *História da Igreja de Cabo Verde (Subsídios)*, Mindelo, 1983.
- CHAUNU, Pierre: "Routes (Les) espagnolas de l'Atlantique", in *Anuário de Estudios Americanos*, Sevilha, XXV, 1968.

Dicionário de História de Portugal (dir. Joel Serrão), 6 vols, Livraria Figueirinhas, Porto, reedição em 1979.

ESTEVÃO, João: "Peuplement et phénomènes d'urbanisation au Cap-Vert pendant la période coloniale, 1462-1940", in CAHEN, Michel, "*Vilas*" et "*Cidades*", *Bourgs et Villes en Afrique Lusophone*, Editions L'Harmattan, 1989.

FREIRE, Gilberto: *Luso (O) e o Trópico*, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1961.

FREIRE, Gilberto: *Mundo (O) que o Português Criou*, Livraria José Olympio, Rio de Janeiro, 1940.

História Geral de Cabo Verde - Corpo Documental, vols. I e II, Instituto de Investigação Científica Tropical - Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, Lisboa, 1988-1990.

História Geral de Cabo Verde (coord. Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos), Vol. I, Edição conjunta de Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical e da Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, Lisboa, 1991.

História Geral de Cabo Verde (coord. Maria Emília Madeira Santos), Vol. II, Edição conjunta de Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Científica Tropical e do Instituto Nacional de Cultura de Cabo Verde, Lisboa, 1995.

SANTOS, Maria Emília Madeira, e BALENO, Ilídio: "Litoral: linha de atracção e repulsão", *Actas da VIII Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia*, Cascais, 1998.

SANTOS, Maria Emília Madeira: "Mulatos: sua legitimação pela chancelaria régia no século XVI", *Studia*, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga - Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 53, 1993.

GODINHO, Vitorino Magalhães: *A Estrutura da Sociedade Portuguesa*, Arcádia, Lisboa (1971), 1977.

MORAIS DA SILVA, António: *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10^a. ed., 12 vols. Edições Confluência, Lisboa, 1949-1959.

MUMFORD, Lewis: *A cidade na História: Suas Origens, Transformações e Perspectivas*, Maria Fontes Editora, São Paulo, 1991.

- NOVAIS, Fernando: *Estrutura e Dinâmica do Sistema Colonial*, 2ª. ed., Livros Horizonte, Lisboa, s/d.
- OTTE, Enrique, e RUIZ-BURRUECOS, Conchita: "Los portugueses en la trata de esclavos negros de las postrimerías del siglo XVI", in *Moneda y Crédito*, Madrid, 1963, pp. 3-40.
- QUENUM, Alphonse: *Eglises (Les) Chrétiennes et la Traite Atlantique du xv^e au xix^e Siècle*, Karthala, Paris, 1993.
- RIBEIRO, Orlando: "Aspectos e problemas da expansão portuguesa", *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, Junta de Investigações de Ultramar, Lisboa, nº 59, 1962.
- THOMAZ, Luís Filipe: "Estruturas quási-feudais na expansão portuguesa", *Actas do I Colóquio Internacional da Madeira - 1986*, 1º. vol., Funchal, 1989.
- THORNTON, John: *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1460-1680*, Cambridge University Press, Cambridge, 1992.
- SALDANHA, António Vasconcelos de: *Capitanias (As) - o Regime Senhorial na Expansão Ultramarina Portuguesa*, Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal, 1992.
- Viagem de Lisboa à Ilha de São Tomé (Escrita por um Piloto Português)*, Portugália Edições, Lisboa, s.d.